



ofício
K

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

Pelas vinte horas do décimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, em sessão ordinária, nas instalações da Junta de Freguesia – Sala da Assembleia, sitas na Rua António Saúde, 13, em Lisboa. -----

Estiveram presentes: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Cristina Maria Dias Fulgêncio Parente -----

Luís Filipe Gomes Ferreira -----

Óscar Bruno Coelho Antunes -----

Deldina Filomena Fontes Barroso -----

Daniel Alexandre Brás Magalhães Nunes -----

João António Pereira Calheiros -----

Sebastião José Gonçalves Carqueja -----

Francisco José Gomes Guerreiro Patrício Álvares -----

João Carlos Loureiro Cardoso -----

PPD/PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

Luís Filipe da Costa Vieira da Silva -----

Rui Alexandre Leal dos Santos Leitão Marques -----

Ana Sofia de Oliveira Branco -----

Ana Maria da Mota Monteiro -----

Nuno Manuel Valentim de Sousa Vitoriano -----

CDS-PP.MPT.PPM – NOSSA LISBOA -----

Alexandra do Almutão Coelho Lourenço Jóia -----

Anabela Gonçalves Lucas -----

Luís Carlos Vaz Ribeiro -----

PCP-PEV – CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA -----

Helena Maria Caetano da Silva Damas Barros -----

BE – BLOCO DE ESQUERDA -----

Ana Sofia Mealha Afonso Cortes -----

Pedidos de substituição: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos -----

Isabel Maria Dionísio da Silva Mendes -----



Antes *de*

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

CDS-PP.MPT.PPM – NOSSA LISBOA -----

Nuno Ricardo Araújo de Brito -----

Luís Filipe da Silva Neto -----

O **Presidente da Mesa** da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, Óscar Antunes, passou que foram os quinze minutos de tolerância do regimento, deu início à sessão, cumprimentando todos os presentes, e passando a ler a ordem de trabalhos que foi afixada por Edital: -----

Ponto 1. Período de intervenção e esclarecimentos ao público; -----

Ponto 2. Período de antes da ordem do dia; -----

Ponto 3. Aprovação da ata da 12.ª sessão ordinária realizada em 27 de junho de 2019;

Ponto 4. Aprovação das Opções do Plano e proposta de Orçamento para o ano de 2020; -----

Ponto 5. Aprovação do mapa de pessoal dos serviços da Freguesia para o ano de 2020;

Ponto 6. Ratificação do protocolo celebrado no âmbito da realização do Mercado de Natal de São Domingos de Benfica; -----

Ponto 7. Apreciação da informação escrita da atividade da Freguesia, prestada pelo Presidente de Junta, relativa ao 4.º trimestre de 2019. -----

1. Período de intervenção e esclarecimentos ao público. -----

O **Presidente da Mesa** abriu as inscrições para o presente período de intervenção do público, tendo-se registado quatro pedidos: de Carlos Batista, José Miguéis, Teresa Kato e Hugo Barros. -----

Foi dada a palavra ao munícipe **Carlos Batista**, que começou a sua intervenção deixando um apelo para que a Junta de Freguesia altere alguns comportamentos que estão a desagradar aos munícipes, sendo que nos últimos dois anos se têm assistido a várias renúncias no seio do Executivo, com justificações algo descabidas. Aditou que a forma como esta temática foi abordada na última sessão da Assembleia de Freguesia, na troca de palavras entre o Presidente da Junta de Freguesia e a Vogal cessante Cristina Parente, evidencia uma gestão arcaica e vergonhosa. Naquilo que respeita ao atendimento ao público, desafiou o Presidente da Junta de Freguesia a retirar a porta do seu gabinete e a dialogar com os cidadãos com toda a transparência, em vez de impor condições para contato manifestamente exageradas. Em seguida, chamou a atenção para o estado degradado em que se encontram vários passeios ao longo da freguesia, apontando como exemplo flagrante a Rua António Nobre e artérias adjacentes, argumentando que a Junta de Freguesia deve exercer mais pressão sobre a Câmara Municipal de Lisboa para que este problema seja rapidamente resolvido. Alertou uma vez mais para um vértice de passeio que subsiste na Rua Gonçalves Viana, onde já várias viaturas inadvertidamente tiveram os seus pneus danificados. Depois, falou sobre o condicionamento no acesso aos feirantes em dias de jogo no Estádio da



Antes

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Luz, sugerindo à Junta de Freguesia que diligencie no sentido de facilitar o acesso a partir das dez da manhã. Congratulando-se com a criação da Carreira de Bairro, apelou para que a Junta de Freguesia aposte na sua divulgação por outros meios que não se restrinjam às redes sociais, às quais nem todos os cidadãos têm acesso. Uma vez mais deixou algumas questões relacionadas com o compromisso assumido pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para construção de um pavilhão em São Domingos de Benfica, perguntando se já existe uma previsão do espaço onde o mesmo poderá vir a ser edificado e para o início dos trabalhos. Por fim, manifestando a sua expectativa de que as cubas térreas contribuirão para manter a freguesia com parâmetros de higiene acima da média, frisou a importância de continuar a fiscalizar de perto o trabalho da Câmara Municipal de Lisboa no que concerne à recolha do lixo dos contentores, de modo a garantir que este serviço continue a realizar-se adequadamente. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que alegando a defesa da honra, lamentou que o munícipe Carlos Batista tenha tecido considerações acerca de factos que desconhece na sua integralidade, nomeadamente no que concerne à gestão dos recursos humanos na Junta de Freguesia e ao próprio atendimento aos cidadãos, alegando que nunca colocou obstáculos ao diálogo com qualquer cidadão, quer no seu horário de atendimento, quer quando abordado na rua, como muitas vezes acontece. Ressalvando que na última Assembleia de Freguesia mais não fez do que defender a sua honra, chamou a atenção para a ilegalidade que foi cometida quando se concedeu a palavra à Vogal Cristina Parente, que ainda não havia assumido o seu lugar na Assembleia de Freguesia, na sequência da renúncia ao mandato no Executivo. Além disso, vincou que na sua resposta, fez tão somente referência a questões de ordem política e à quebra de confiança neste campo, nunca entrando em ataques ou considerações de carácter pessoal. Em relação à temática da higiene urbana, fez notar que a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica tem ido muito além daquilo que são as suas competências próprias nesta área, substituindo-se à Câmara Municipal de Lisboa na recolha de lixo e monos, com recursos e equipamentos próprios – tendo para o efeito adquirido duas novas varredouras – trabalho que muito orgulha o Executivo e que faz com que São Domingos de Benfica seja referenciada nas Assembleias Municipais como modelo em termos de limpeza e higiene urbana. Relativamente à construção de um pavilhão em São Domingos de Benfica, e de acordo com informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Fernando Medina, o local definido para a sua edificação é o Parque da Pera, em frente ao Museu Cosme Damião. Acrescentou que de acordo com a maquete apresentada, o complexo possuirá piscina interior e exterior. Explicou que a Câmara Municipal irá ceder o terreno à empresa responsável pela construção por um período entre vinte a trinta anos, período após o qual o equipamento reverte para a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica.



Anty B
JK

Não possuindo dados concretos que lhe permitam avançar com uma previsão para o início dos trabalhos, garantiu que na próxima sessão da Assembleia Municipal irá colocar essa questão ao Presidente da Câmara. Por fim, no que diz respeito à manutenção dos passeios, revelou ser intenção da Junta de Freguesia colocar pedra antiderrapante e alargar alguns dos passeios referenciados, estando desde já previstas duas empreitadas a ser lançadas na freguesia, que também irão incidir sobre a Rua António Nobre e artérias adjacentes. -----

Toma a palavra o munícipe **José Miguéis**, que se apresentou como residente na Rua das Laranjeiras, e começou por elogiar a pronta ação da Junta de Freguesia no Bairro de Palma, na sequência da intervenção de dois munícipes na última sessão da Assembleia de Freguesia, em particular no que concerne à limpeza e recolha de resíduos e à repintura de passadeiras para peões – embora alertando só terem sido repintadas duas passadeiras, quando existiam outras no local que careceriam igualmente desta intervenção. Uma vez que quando abordado sobre este tema, o Presidente da Junta de Freguesia revelou, à época, tratar-se de uma competência recentemente transferida da Câmara Municipal de Lisboa, e que seria definido um plano para repintura das passadeiras, em base anual, questionou se esta intervenção está devidamente contemplada no Orçamento para 2020. Depois, sugeriu a colocação de uma passadeira no seguimento da Rua Azevedo Neves para a Rua das Palmeiras, e de um sinal de proibição de virar à direita para a Rua Antonino e Sá. Relativamente ao Mercado de Natal, que irá marcar presença na Praça Marechal Humberto Delgado até ao dia 12 de janeiro, questionou quais as despesas e receitas previstas para a Junta de Freguesia decorrentes desta iniciativa, perguntando também se os comerciantes locais, as instituições sociais e culturais e os residentes foram convidados a associar-se a este evento. -----

Toma a palavra a munícipe **Teresa Kato**, que começou a sua intervenção agradecendo a limpeza efetuada na Rua Carlos Oliveira, apelando para que a Junta de Freguesia possa prosseguir estes trabalhos na Calçada da Palma de Baixo. Sublinhando a importância de congregar esforços em prol da limpeza urbana e da sustentabilidade ambiental, questionou se a Junta de Freguesia não prevê a nomeação de um colaborador que pudesse ficar responsável por uma fiscalização mais próxima e assertiva neste domínio. -----

Toma a palavra o munícipe **Hugo Barros**, que revelou ser coreógrafo profissional há quinze anos, trabalhando maioritariamente nas Marchas Populares, tendo tido o privilégio de trabalhar com a Marcha de São Domingos de Benfica em 2015 e 2017. Estando este ano a trabalhar com a Marcha da Baixa, entrou em contato com a coordenadora da Marcha de São Domingos de Benfica e membro desta Assembleia de Freguesia, Isabel Mendes, abordando as dificuldades com que os marchantes se



deparavam e indagando acerca da existência de um espaço disponível para os ensaios, face à inexistência de pavilhões na baixa de Lisboa. A coordenadora manifestou-se sensível ao seu apelo, tendo sido firmado um acordo no qual se previa a transferência de um valor de quinhentos euros (500€) para a Escola D. Pedro V, pela cedência de instalações, e de setecentos e cinquenta euros (750€) para outros aspetos relacionados com a organização da marcha, valores transferidos, respetivamente, nos dias 4 e 5 de junho. Posteriormente, ouviu rumores de que a coordenadora da Marcha de São Domingos de Benfica terá afirmado que o valor cobrado seria alusivo a umas *t-shirts* da marca pessoal do cidadão, o que não corresponde de todo à verdade, uma vez que as referidas *t-shirts* foram cedidas com o patrocínio da empresa Delta, sem qualquer custo. Ademais, ao que tudo indica, a coordenadora não terá entregue à Escola D. Pedro V o valor cobrado pela cedência de instalações, tendo-se apropriado indevidamente da totalidade da verba transferida, mil, duzentos e cinquenta euros (1.250€). Apelou à consideração da Assembleia de Freguesia em relação a este assunto, visto entender tratar-se de uma grave ilegalidade e até ação criminosa. -----

Para resposta, toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que começando por responder ao munícipe José Miguéis, indicou que vários testemunhos têm enaltecido o bom trabalho que a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica tem realizado no campo da limpeza e higiene urbana. Recordou também o trabalho paulatino que foi sendo feito desde que tomou posse como Presidente de Junta, com o rebaixamento de praticamente todas as passadeiras para peões, tornando a freguesia mais inclusiva e promovendo uma maior mobilidade dos cidadãos. Esclareceu que as competências da Junta de Freguesia se cingem à repintura de passadeiras, cabendo à Câmara Municipal de Lisboa a responsabilidade pela criação de novas passadeiras, pelo que sugeriu que o munícipe apresente esta questão diretamente à Divisão de Tráfego da Câmara Municipal. -----

Toma a palavra o Vogal **João Dias**, que em complemento, informou que a situação relativa à Rua Gonçalves Viana já foi reportada, com suporte fotográfico, à Câmara Municipal de Lisboa, que respondeu não vislumbrar qual o problema identificado. Insatisfeita com esta resposta, a Junta de Freguesia continuará a diligenciar pela correção deste problema. -----

2. Período de antes da ordem do dia. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que questionou por que razão os eleitos da Assembleia de Freguesia apenas receberam os documentos a serem apresentados no presente período de antes da ordem do dia no próprio dia da Assembleia, contrariando o estabelecido no Regimento. -----

O **Presidente da Mesa** explicou que, por lapso, assumiu como dado adquirido que o Bloco de Esquerda teria reencaminhado os respetivos documentos para o *e-mail* geral,



Handwritten signature and initials

por forma a ser remetido a todas as outras Bancadas da Assembleia. Assumindo total responsabilidade por esta falha logística, expressou a sua expectativa de que a mesma não se revele impeditiva à discussão e deliberação das propostas apresentadas. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que apresentou os documentos submetidos pela Bancada do Bloco de Esquerda à Mesa da Assembleia de Freguesia, e que se encontram discriminados na fase da respetiva votação. Estes documentos encontram-se anexados à presente Ata. No seguimento da sua intervenção, questionou qual o ponto de situação do Bairro do Calhau no que concerne aos edifícios geridos pela Gebalis, na sequência de uma petição apresentada em sede de Assembleia Municipal, e se já foram adotadas medidas concretas para combater o isolamento da população mais envelhecida, em adição ao louvável alargamento do circuito da Carreira 770. Por fim, lembrou que no início do presente mandato havia sido solicitada em Assembleia de Freguesia uma auditoria às contas da autarquia, pelo que questionou quais as diligências entretanto tomadas nesse sentido. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que congratulando a atitude do Presidente da Mesa, não deixou de manifestar o seu repúdio e vergonha pela atitude intolerante dos membros da Assembleia de Freguesia, Executivo e público presente, perante a intervenção da eleita do Bloco de Esquerda. -----

Toma a palavra **Nuno Vitoriano**, do PSD, que adiantou que a Bancada do Partido Social Democrata não irá votar favoravelmente moções que incidam sobre temas de caráter internacional, por entender que a sua discussão é totalmente despropositada neste fórum. -----

Toma a palavra o **Presidente da Mesa**, que em nome da Bancada do Partido Socialista, passou a tecer algumas considerações acerca dos documentos apresentados pela Bancada do Bloco de Esquerda. Relativamente à moção que reivindica a contratação de mais funcionários não docentes para os estabelecimentos escolares, fez notar que se trata de um processo de âmbito nacional no qual o Governo do Partido Socialista se tem empenhado e que se encontra em desenvolvimento, não sendo uma temática que se restrinja à Freguesia de São Domingos de Benfica. Assim, a Bancada do Partido Socialista não irá votar favoravelmente esta moção, por entender que a sua apresentação é desajustada quanto ao momento. No que respeita à moção pela defesa dos direitos dos trabalhadores, assinalou ser surpreendente que a moção pareça transmitir a ideia de que só agora o Bloco de Esquerda está a despertar para este prolema, manifestando um certo oportunismo político com o qual o Partido Socialista não se revê, visto serem matérias sobre as quais o Governo Socialista tem vindo a trabalhar. A este propósito, lembrou ainda que o Bloco de Esquerda teve um papel preponderante na entrada da *troika*, como reconhecido pelo seu antigo coordenador, Dr. Francisco Louçã. Relativamente aos votos de condenação que incidem sobre temas



António
[Signature]

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

de carácter internacional, declarou não ter informações precisas e concretas que lhe permitam manifestar uma posição definitiva, acrescentando considerar que uma Assembleia de Freguesia não será o fórum mais adequado para o tratamento destas questões. Por fim, manifestou total apoio e solidariedade com o voto de pesar pelo falecimento de José Mário Branco, figura incontornável da cultura e da música portuguesa. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que se manifestou perplexo com a moção em defesa dos direitos dos trabalhadores, com um conteúdo muito pouco ajustado à realidade de um mercado de trabalho alterado, com tendências de contratação que são um perfeito equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, permitindo um horário variável e até o trabalho a partir de casa. Lamentou que o Bloco de Esquerda sistematicamente apresente reivindicações desenquadradas e sem fundamento, salientando, no caso concreto, ser totalmente descabida a falácia em torno da ocupação dos trabalhadores como forma de criar mais emprego. Concordou que uma Assembleia de Freguesia não será o local mais apropriado para discutir temas de carácter internacional. Finalmente, associou-se ao voto de pesar pelo falecimento de José Mário Branco, destacando o impacto que teve na cultura portuguesa e o seu inestimável contributo à sociedade. ----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que começou a sua intervenção dirigindo-se à eleita do PCP, declarando que quando se fazem críticas tão contundentes, convém especificar claramente a quem é que elas são dirigidas, uma vez que não se poderão generalizar atitudes de intolerância ou desrespeito, conforme assinaladas pela eleita. Em relação às moções, salientou que tem sido apanágio da Assembleia de Freguesia cingir o debate a assuntos efetivamente relevantes à Freguesia de São Domingos de Benfica. Ademais, o facto de o Bloco de Esquerda ter tido responsabilidades políticas acrescidas como parceiro do Governo Socialista vem de alguma forma invalidar algumas das reivindicações agora apresentadas, razão pela qual o Partido Social Democrata não poderá votar favoravelmente as moções, acrescentando que algumas matérias poderão oportunamente ser propostas e discutidas em sede da Assembleia da República, para eventual inclusão em Orçamento de Estado. Por fim, não deixou de fazer referência à intervenção do Presidente da Mesa, lembrando que o anterior detentor do cargo várias vezes foi criticado por intervir sem suspender esta função. ----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que começando por fazer alusão à intervenção da eleita do Bloco de Esquerda, explicou que os eleitos do Bloco de Esquerda na Câmara e Assembleia Municipal tiveram acesso à petição mencionada e respetivo relatório, no que concerne ao Bairro do Calhau. Declarou, porém, e com veemência que a referida petição se tratou de uma farsa, não só porque os peticionários nunca deram a cara, como também porque tendo as duas comissões se deslocado ao Bairro do Calhau para averiguar a situação, facilmente se constatou que dos dez



Antes
H

problemas identificados, apenas dois seriam da competência direta da Junta de Freguesia, sendo que inclusivamente o relatório resultante da petição classificou o Bairro do Calhau como um dos melhores bairros de Lisboa, em termos de qualidade de vida – embora, naturalmente, careça de algumas intervenções pontuais. Concluindo a sua intervenção, e lamentando o facto de à Junta de Freguesia não terem sido solicitadas informações concretas sobre os motivos pelos quais o Centro Clínico esteve encerrado, clarificou que este irá reabrir para realização de análises clínicas e pequenos tratamentos. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, o **Presidente da Mesa** passou de imediato à votação dos cinco documentos apresentados neste ponto da ordem de trabalhos, cujos resultados são seguidamente discriminados. -----

1- Moção 1 “Pela contratação de mais funcionários não docentes” (BE), rejeitada (*votos favoráveis da CDU e BE, e votos contra do PS, PSD e CDS-PP*); 2- Moção 2 “Pela defesa dos direitos dos trabalhadores” (BE), rejeitada (*votos favoráveis da CDU e BE, e votos contra do PS, PSD e CDS-PP*). 3- Voto de Condenação 1 “Pelo golpe de Estado na Bolívia” (BE), rejeitado (*votos favoráveis da CDU e BE, e votos contra do PS, PSD e CDS-PP*). 4- Voto de Condenação 2 “Preocupação sobre situação no Chile” (BE), rejeitado (*votos favoráveis da CDU e BE, e votos contra do PS, PSD e CDS-PP*). 5- Voto de Pesar 3 “Pelo falecimento de José Mário Branco” (BE), aprovado por unanimidade. -

Dando cumprimento à deliberação constante do quinto documento aprovado, o plenário da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica passou a guardar um minuto de silêncio em memória e homenagem a José Mário Branco. -----

Foi colocada à consideração do plenário a aprovação em minuta das deliberações anteriormente tomadas, a qual foi deliberada por unanimidade. -----

3. Aprovação da ata da 12.ª sessão ordinária realizada em 27 de junho de 2019. --

Não havendo intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a ata da 12.ª sessão ordinária de junho, realizada no dia 27 de junho de 2019, aprovado por maioria (*votos favoráveis do PS e PSD, votos contra do CDS-PP, e abstenções da CDU, BE e de um elemento da Bancada do PSD*). -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que assinalou o facto de a ata não fazer referência às questões por si colocadas no ponto de discussão da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia. -----

4. Aprovação das Opções do Plano e proposta de Orçamento para o ano de 2020.

Tomou a palavra **Mário Rui Santos**, Vogal da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto, começando por fazer um resumo geral do Orçamento, o qual prevê uma receita de 6.286.909,76€, distribuída em três grandes grupos: encargos com pessoal (2.668.261,00€), despesas correntes (2.831.602,00€) e despesas de capital (787.000,00€). Efetuando uma análise comparativa ao Orçamento de 2019, justificou o



Auty
H

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

incremento nas despesas com pessoal com a integração no quadro da Junta de Freguesia de um conjunto significativo de colaboradores, mediante a regularização de vínculos precários. Por outro lado, o incremento na despesa corrente é explicado pelas novas atribuições resultantes dos contratos de delegação de competências celebrados com a Câmara Municipal de Lisboa – que não têm impacto ao nível das despesas de capital, mas num conjunto de intervenções que serão efetuadas no espaço público e nas residências dos cidadãos. Analisando mais detalhadamente cada rubrica, explicou que a aparente diminuição na dotação para o desporto e associativismo é justificada pela integração em rubrica própria das verbas afetas à vertente da segurança. Já na área da comunicação, um maior investimento resulta essencialmente da necessidade de se promover uma divulgação mais abrangente das medidas que a Junta de Freguesia irá concretizar, no âmbito dos contratos de delegação de competências anteriormente mencionados. Quanto ao diferencial observável na rubrica de higiene urbana, explicou que este fica a dever-se ao lançamento de procedimento para aquisição de duas viaturas de apoio. Em seguida, enumerou alguns projetos estruturantes incluídos no projeto eleitoral do Partido Socialista para o mandato, como a construção de um pavilhão desportivo, a requalificação e ampliação do Parque Bensaude (obra que consubstanciou um investimento significativo no corrente exercício económico), e requalificação da Estrada da Luz (de acordo com compromisso assumido pela Câmara Municipal de Lisboa). Relativamente à Esquadra da PSP, explicou que a antiga sede da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica foi entregue à Câmara Municipal de Lisboa, que por sua vez cedeu as instalações ao Ministério da Administração Interna, tendo já sido realizadas algumas obras estruturais de adaptação. Relativamente à questão do estacionamento, a Junta de Freguesia pretende levar a cabo mais algumas ações que permitam aumentar a oferta na freguesia, embora ressalvando que algumas destas estarão dependentes de projetos que extrapolam as competências da Junta de Freguesia. Por fim, no que diz respeito à Estrada de Benfica, informou ter sido efetuada uma primeira abordagem com vista à sua repavimentação integral, estando igualmente em estudo um projeto que permitirá criar novas dinâmicas no tecido comercial deste eixo fundamental para a atividade económica e social da Freguesia de São Domingos de Benfica. -----

Aberta a discussão sobre este ponto, toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que começando por fazer referência à área da comunicação nas Grandes Opções do Plano, lembrou ter sido deliberada em Assembleia de Freguesia a criação de um *e-mail* institucional para cada um dos eleitos. Chamou ainda a atenção para a ausência de informação no *site* da Junta de Freguesia sobre as atas da Assembleia de Freguesia, ou sobre os próprios documentos previsionais, tendo o Presidente da Junta de Freguesia clarificado de imediato que toda essa informação consta efetivamente do



António B
H

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

site da autarquia, estando disponível para consulta pública. Depois, questionou se a promoção de *workshops* informativos, conforme consta da pág. 12 do documento, integra as medidas para promoção da empregabilidade. Já na pág. 56 é referida a criação de mil novos lugares de estacionamento, pelo que perguntou se este número perspectivado será suficiente para dar resposta às necessidades da freguesia neste capítulo. Na vertente da educação, questionou se eventualmente não existe a possibilidade de a Escola António Nobre e a Escola Frei Luís de Sousa possuírem localmente um serviço de confeção de refeições. Relativamente à regularização de vínculos precários, assinalou que na Administração Geral continua a estar cabimentada uma verba de 119.832,00€ para pessoal em regime de tarefa e avença – além das verbas previstas em outras rubricas pontuais, como na comunicação e segurança, ação social e higiene urbana, bem como na educação, onde vinte e um colaboradores alegadamente não foram incluídos no PREVPAP – não existindo qualquer verba adstrita a uma eventual vertente formativa. Considerou algo excessiva a despesa prevista em comunicações e internet, na área da Administração Geral. Por fim, no que concerne às receitas, expressou dúvidas sobre a ausência de verbas advindas dos programas de turismo sénior e das transferências da Câmara Municipal de Lisboa decorrentes da execução dos contratos de delegação de competências. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que em resposta à intervenção da eleita do Bloco de Esquerda, declarou que, não obstante a frontalidade e espontaneidade da eleita, algumas das questões colocadas deixam transparecer um certo desconhecimento acerca de matérias essenciais. No que concerne às refeições escolares, referiu que a informação prestada nos documentos não poderia ser mais explícita. Clarificou que as verbas disponibilizadas para regularização de vínculos precários e as advindas das transferências da Câmara Municipal estão de igual modo retratadas nos documentos previsionais, de forma totalmente transparente. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que começou a sua intervenção manifestando preocupação com o decréscimo na verba cabimentada para as áreas da higiene urbana, educação e espaços verdes. Questionou o motivo do aumento de 80.000,00€ na área da comunicação, não estando prevista no Mapa de Pessoal a contratação de colaboradores para este setor. Assinalou alguns dados que aparentam não ter aderência com o Mapa de Pessoal, com redução de efetivos prevista para a área da educação, acompanhada por um aumento nos encargos com saúde. Na ação social, na rubrica de direitos sociais, encontra-se cabimentada uma verba de 20.000,00€, que tendo carácter anual e estando diretamente relacionada com contratos de delegação de competências, estranhamente não constava dos Orçamentos para 2018 e 2019. Por fim, indagou como é que a Junta de Freguesia prevê executar a receita de 56.750,00€ cabimentada na rubrica de projetos para seniores. -----



Autos
JK

Toma a palavra **Mário Rui Santos**, Vogal da Junta de Freguesia, que começando por responder às questões relacionadas com os encargos com pessoal, explicou que o aumento verificado ao nível dos seguros está intimamente ligado à integração de colaboradores no quadro de pessoal. Relativamente às comunicações, o Executivo teve de proceder a um incremento desta rubrica, tendo constatado que em 2019 se ultrapassou o valor cabimentado em Orçamento. Em relação à rubrica de segurança, explicou que a Junta de Freguesia irá ter equipas fixas, que de acordo com as intervenções que irão realizar, carecerão de equipamentos específicos. Porém, tendo estes projetos carácter provisório, e não permanente, não é viável a integração destes colaboradores no quadro de pessoal, pelo que permanecem em regime de prestação de serviços, apesar do investimento efetuado nos equipamentos mencionados. Explicou que a receita referenciada, na ordem dos 56.000,00€, diz respeito à comparticipação dos cidadãos que aderem aos programas seniores. Mais esclareceu que algumas rubricas são mantidas abertas com o valor residual de um euro (1€) para que, do ponto de vista contabilístico, possam ser reforçadas aquando da integração do saldo de gerência do exercício de 2019. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que em complemento, explicou que a rubrica mencionada pela eleita do PCP não constava em Orçamentos anteriores porque diz respeito a algo que nunca havia sido feito pela Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que introduzindo a sua análise aos documentos previsionais, começou por se congratular com o incremento de 40.000,00€ na rubrica respeitante à ação social, aproveitando para questionar se está a ser ponderada a realização de algum projeto inovador, ou se foi efetuado algum diagnóstico local, ao nível das questões sociais, que eventualmente tenha justificado este incremento. Lamentando que a verba adstrita ao Projeto "SOS Reparações" tenha sido reduzida, sugeriu que parte do montante que acresce à rubrica de comunicação seja utilizado para promover uma maior divulgação deste louvável projeto junto da população mais envelhecida, de modo a que este possa ter uma maior dinâmica e projeção e dar resposta a um maior número de cidadãos. Lançou ao Executivo o desafio de fornecer informação detalhada acerca do impacto social da execução orçamental em cada uma das áreas, designadamente em projetos financiados pela Junta de Freguesia, o que permitiria uma maior transparência na fiscalização dos recursos alocados vs. benefícios alcançados. Concluindo a sua intervenção, agradeceu publicamente o cartão de boas festas do Presidente da Junta de Freguesia, bem como a oferta de uma agenda a todos os eleitos. -----

Para resposta, toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que explicou que a redução da verba cabimentada para o projeto "SOS Reparações" é de algum modo compensada com a verba que a Câmara Municipal de Lisboa irá transferir no âmbito do



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Programa “Porta Aberta”, no valor de 124.239,00€, cabendo posteriormente à Junta de Freguesia encontrar o equilíbrio e uma salutar articulação entre estes dois projetos de carácter social – promovendo de igual modo um envolvimento mais abrangente de outras instituições locais – que fornecem uma resposta efetiva a necessidades prementes da população. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2020 aprovados por maioria (*votos favoráveis do PS e PSD, e votos contra do CDS-PP, CDU e BE*). ---- Foi colocada à consideração do plenário a aprovação em minuta da deliberação anteriormente tomada, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

5. Aprovação do mapa de pessoal dos serviços da Freguesia para o ano de 2020.

Tomou a palavra **Mário Rui Santos**, Vogal da Junta de Freguesia, que passou a apresentar este ponto, salientando que o mapa de pessoal apresentado reflete a integração de um conjunto de colaboradores, sendo esta a alteração mais relevante comparativamente ao documento apresentado no ano anterior. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que solicitou uma clarificação sobre se a alteração mencionada advém do processo conhecido como PREVPAP, tratando-se, em caso afirmativo, de colaboradores que já prestavam serviços à Junta de Freguesia. ----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que questionou a substancial redução de postos de trabalho na área da higiene urbana, pouco consentânea com o previsível reforço de competências da Junta de Freguesia nesta área fundamental. Solicitou também informação sobre o número concreto de colaboradores com vínculo precário que atualmente prestam serviços à Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica. -

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que começando por assinalar que dos setenta postos de trabalho criados no mapa de pessoal, apenas vinte e oito estão associados a contrato em funções públicas a termo indeterminado, declarou que o Bloco de Esquerda irá votar contra a presente proposta, na medida em que estes novos postos de trabalho dizem maioritariamente respeito a vínculos precários. Após a conclusão da sua intervenção, fez chegar à Mesa da Assembleia uma declaração de voto escrita, a qual será anexada à presente ata. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que respondendo às questões colocadas pelos membros da Assembleia de Freguesia, começou por clarificar que a informação segundo a qual o número de colaboradores afetos à área da higiene urbana iria ser reduzido não corresponde de todo à verdade. Criticando a postura dos Partidos que sistemática e infundadamente votam contra os Orçamentos apresentados, tentando obstaculizar a ação do Executivo, lamentou que em particular o PCP privilegie a defesa de interesses partidários, em detrimento dos interesses dos cidadãos de São Domingos de Benfica, como facilmente se conclui do argumentário abstrato utilizado para tentar



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Autos
JK

justificar o voto contra o Orçamento. A este propósito, recordou que ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, a todas as forças políticas foi dada a oportunidade para apresentarem ideias e projetos para o Orçamento, sendo que à exceção do PSD, nenhum outro Partido se mostrou disponível para discutir antecipadamente estas temáticas. Por outro lado, declarou que numa democracia evolutiva, a defesa dos direitos dos trabalhadores já não se compadece de meras palavras, devendo ser feita particularmente na concessão de condições de trabalho condignas, a exemplo do trabalho que a Junta de Freguesia tem vindo a desenvolver, não só com o investimento na mitigação dos vínculos precários, como na aquisição de equipamentos adequados a uma excelente prestação de serviços. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que alegando a defesa da honra, declarou estar na Assembleia de Freguesia em representação do Partido Comunista Português, e acrescentou que embora não esteja em causa a sua visão pessoal e particular, certamente merecerá mais respeito pelo seu trabalho em prol da freguesia que a viu nascer e onde viveu toda a vida. Defendendo que em democracia cada força política tem o direito de votar cada tema como bem entender, manifestou-se particularmente cansada da sistemática atitude de vitimização do Presidente da Junta de Freguesia. --- Toma a palavra **Rui Marques**, do PSD, que solicitou uma clarificação relativamente ao mapa de pessoal, mais concretamente acerca das colunas de postos de trabalho ocupados e a criar. -----

Para resposta, toma a palavra **Mário Rui Santos**, Vogal da Junta de Freguesia, que explicou que o somatório das duas colunas referenciadas totaliza o número de postos de trabalho que a função em causa necessita para o bom funcionamento da Junta de Freguesia. Neste caso, os postos de trabalho ocupados referem-se especificamente a colaboradores que integram o quadro de pessoal, e os postos de trabalho a criar referem-se a postos atualmente não ocupados. -----

Toma a palavra o **Presidente da Mesa**, que antes de passar à deliberação sobre este ponto, ressaltou que os membros da Assembleia são eleitos por Partidos, que, naturalmente, têm ideologias e pontos de vista diferentes. Assim, considerou que as afirmações produzidas pelos membros da Assembleia, bem como pelo Presidente da Junta de Freguesia, são enquadráveis no espírito do debate político expectável neste fórum. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Mapa de Pessoal dos serviços da Freguesia para o ano de 2020 aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS e PSD, votos contra do CDS-PP e BE, e abstenção da CDU*). -----

Foi colocada à consideração do plenário a aprovação em minuta da deliberação anteriormente tomada, a qual foi aprovada por unanimidade. -----



António B.

6. Ratificação do protocolo celebrado no âmbito da realização do Mercado de Natal de São Domingos de Benfica. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que apresentando este ponto, explicou estar em causa a necessária ratificação de um protocolo que já se encontra em execução, na sequência de um donativo efetuado por uma empresa, conforme referenciado na documentação distribuída pelos membros da Assembleia, e que a Junta de Freguesia decidiu aceitar, mediante a condição de não ter de realizar qualquer investimento nesta iniciativa. -----

Toma a palavra **Alexandra Jóia**, do CDS-PP, que adiantou que a sua Bancada irá votar contra a presente proposta, por entender que a realização do Mercado de Natal de São Domingos de Benfica deveria ser alvo de um concurso público. Por outro lado, lamentou que as competências da Assembleia de Freguesia sejam reduzidas a uma ação meramente ratificadora de um ato já praticado. Porém, não deixou de se congratular com o facto de as receitas desta iniciativa reverterem para a ação social. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que argumentou que o Mercado de Natal terá poucos motivos alusivos a esta quadra, em contraste com o sucesso do ano anterior, com uma forte aposta na vertente cultural e na envolvência da população. Relativamente ao mecanismo de ratificação, embora percebendo os prazos a que a Junta de Freguesia está sujeita, lembrou que num protocolo anterior, envolvendo o Jardim Zoológico, a Vogal teve o cuidado de contactar todas as forças políticas para dar conhecimento do mesmo, sendo posteriormente proposta a sua ratificação em Assembleia de Freguesia, metodologia que também poderia ter sido adotada neste caso. Por fim, estando em causa algo muito similar a um ajuste direto, questionou se eventualmente não existiriam outras entidades interessadas em promover este evento na freguesia. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que em resposta, explicou que nunca foi pretensão da Junta de Freguesia promover um Mercado de Natal ou abrir um concurso especificamente para a realização deste evento, tendo-se limitado a aceitar a oferta proveniente de uma empresa local, um donativo no valor de quinze mil euros (15.000,00€), que como contrapartida apenas solicitou a cedência de um espaço adequado para o efeito. Acrescentou que à Junta de Freguesia não chegaram quaisquer outras manifestações de interesse em promover um Mercado de Natal. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo o protocolo celebrado no âmbito da realização do Mercado de Natal de São Domingos de Benfica ratificado por maioria (*votos favoráveis do PS e PSD, e votos contra do CDS-PP, CDU e BE*). -----

Foi colocada à consideração do plenário a aprovação em minuta da deliberação anteriormente tomada, a qual foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

7. Apreciação da informação escrita da atividade da Freguesia, prestada pelo Presidente de Junta, relativa ao 4.º trimestre de 2019. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que começou por apresentar um vídeo referente a uma importante intervenção que será concretizada na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, aproveitando para fornecer alguns detalhes adicionais acerca deste projeto, dividido em quatro fases, as quais passou a descrever. Frisou que a intervenção que será realizada no sistema de drenagem de águas contribuirá para mitigar alguns constrangimentos que se fazem sentir em São Domingos de Benfica. Acrescentou que a par deste projeto, está também a ser ponderada uma intervenção na Estrada da Luz, para criação de um parque de estacionamento subterrâneo, sob o Parque Bensaude, com capacidade para quatrocentos lugares. Assegurou que quando a Junta de Freguesia tiver mais detalhes em relação à execução destes projetos, remeterá esta informação aos membros da Assembleia de Freguesia. -----

O **Presidente da Mesa** colocou à consideração do plenário a aprovação em minuta das deliberações tomadas nos Pontos n.º 4, 5 e 6 da ordem de trabalhos, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Pelas zero horas, o **Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica** declarou encerrados os trabalhos. -----

O Presidente da Mesa

Óscar Bruno Coelho Antunes

O 1º Secretário

Luís Filipe Gomes Ferreira

A 2ª Secretária

Deldina Filomena Fontes Barroso



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São domingos de Benfica

MOÇÃO – N.º 1

PELA CONTRATAÇÃO DE MAIS FUNCIONÁRIOS NÃO DOCENTES

A falta de funcionários não docentes tem causado problemas graves em vários estabelecimentos de ensino. Nas últimas semanas vários agrupamentos, através das suas direções e associações de encarregados de educação têm trazido a público a gravidade deste problema. Há serviços, blocos e, em alguns casos, escolas inteiras que ficam paralisadas por falta de condições para um funcionamento normal e seguro.

Além das públicas manifestações de descontentamento, assinalam-se vários protestos organizados pelos funcionários não-docentes ou pela comunidade educativa em geral por todo o país. A falta de agilidade do governo em proceder à substituição de funcionários de baixa ou recém-reformados e os rácios insuficientes de funcionários por número de alunos são alguns dos problemas apontados.

É urgente que o Governo tome medidas sobre este problema grave do sistema educativo português, um problema que tem um carácter sistemático, entre outras razões pela falta de renovação dos quadros de funcionários não-docentes, e que urge resolver.

Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em 18 de Dezembro de 2019, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Manifestar a sua profunda preocupação com a falta de funcionários não docentes, o que tem impedido o regular funcionamento da atividade educativa em várias escolas da freguesia;
2. Apelar ao Governo e à Assembleia da República que revejam a fórmula de cálculo do rácio para a contratação de funcionários não docentes para as escolas e que

tomem as diligências necessárias para a contratação urgente dos funcionários não docentes em falta nos agrupamentos de escolas da freguesia;

3. Manifestar o seu apoio solidário a todas as ações de protesto que visam alertar para a necessidade da urgente contratação de funcionários não docentes;

Em caso de aprovação, o presente documento deve ser enviado para:

- Presidente da República
- Primeiro-ministro
- Ministro da Educação
- Presidente da Assembleia da República
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República
- Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública
- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública

Pelo Bloco de Esquerda

Rejeitada



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

MOÇÃO - N.º 2

PELA DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Considerando que:

- i. Os salários médios, que aumentaram na legislatura anterior, cresceram pouco – cerca de 1,3% de crescimento real, abaixo da produtividade.
- ii. Continuamos um país de salários baixos, de trabalhadores pobres e de exploração: o nosso salário médio é inferior a 900 euros, enquanto a média da UE é de 2.000€.
- iii. Atualmente, 76,6% dos trabalhadores por conta de outrem está abrangido por uma modalidade flexível de horário, como os bancos de horas ou a adaptabilidade, o que faz com que conciliar trabalho e vida pessoal se torne cada vez mais complicado.
- iv. Com as novas tecnologias, o trabalho invade o tempo de descanso e coloniza a esfera pessoal: os apelos a uma espécie de “conetividade permanente” violam as fronteiras dos horários e prolongam o tempo de trabalho, muito dele não remunerado.
- v. Se o trabalho suplementar não remunerado fosse convertido em emprego, seriam criados 64 mil novos postos de trabalho. Distribuir este emprego, reverter os cortes da troika que permanecem (por exemplo, nos despedimentos), devolver os dias de férias suprimidos, converter a inovação tecnológica em mais tempo para viver, proteger os trabalhadores por turnos e regular os horários têm de ser prioridades da Esquerda.
- vi. O Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República três projetos de lei na área do trabalho cujo objetivo passa por adotar as 35 horas de trabalho semanais

no privado, valorizar a contratação coletiva e melhorar as condições daqueles que trabalham à noite ou por turnos, criando-se assim mais emprego e defendendo-se os direitos essenciais dos trabalhadores, ao descanso, ao tratamento mais favorável e à proteção contra o desgaste rápido.

Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em 18 de Dezembro de 2019, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Manifestar a sua profunda preocupação com a falta de direitos dos trabalhadores da freguesia de São Domingos de Benfica, tanto os fregueses, que trabalhem ou não na mesma, como os trabalhadores que se deslocam para esta freguesia para trabalhar;
2. Apelar ao Governo que, na sua proposta de orçamento de estado, tenha em atenção as propostas do Bloco de Esquerda já apresentadas, clarificando os conceitos de trabalho por turnos garantindo os direitos destes ao descanso e acréscimo retributivos pagos por trabalhos por turno e noturnos;
3. Apelar ao Governo para que sejam revertidas todas as medidas da troika.
4. Apelar ao Governo que o horário normal de trabalho se traduza em 35 horas de trabalho no sector privado, à semelhança do que existe no público, para que sejam gerados mais postos de trabalho e se possa conciliar a vida laboral com a pessoal.

Em caso de aprovação, o presente documento deve ser enviado para:

- Presidente da República
- Primeiro-ministro
- Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- Presidente da Assembleia da República
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República

- Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

– União Geral de Trabalhadores

–

Pelo Bloco de Esquerda

fejeitnda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

VOTO DE CONDENAÇÃO PELO GOLPE DE ESTADO NA BOLÍVIA

O golpe de Estado em curso na Bolívia representa mais um episódio da longa saga de repressão, ingerências externas e autoritarismo que marca a história da América Latina. Este derrube inconstitucional, que levou à renúncia forçada do Presidente Evo Morales, do Vice-Presidente Álvaro García Linera e restantes ministros, foi instigado pelas ameaças do general Kaliman, comandante das Forças Armadas da Bolívia, às quais se seguiram ataques às residências dos governantes e seus familiares, tomada de reféns e ameaças de morte ao próprio presidente, ministros, parlamentares, governadores e autarcas afetos ao seu partido, o MAS - Movimento ao Socialismo.

Antevê-se agora um assalto ao poder das forças golpistas que, mesmo sabendo que os protestos anteriores sobre a contagem do sufrágio das eleições presidenciais tinham sido atendidos abrindo o caminho para uma repetição do ato eleitoral, decidiram ainda assim consumir o fim da legalidade democrática. É disso exemplo a autoproclamação da senadora Jeanine Áñez como a presidente interina do país.

Dos confrontos até agora registados registam-se 7 mortos e cerca de 400 feridos, e vários sequestros de ativistas políticos. Exemplo desses ataques é o perpetrado por um conjunto de manifestantes opositores a Evo Morales que arrastaram a autarca da cidade de Vinto pelas ruas, cortaram-lhe o cabelo e cobriram-na de tinta vermelha, sendo ainda coagida a assinar uma carta de demissão.

Para proteger a vida e a integridade física de Evo Morales, foi-lhe garantido asilo político no México. A Assembleia da República não pode deixar de se pronunciar acerca destes graves acontecimentos.

Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em 18 de Dezembro de 2019, delibera:

Condenar o golpe de Estado na Bolívia e apelar ao regresso do país à ordem constitucional e ao quadro democrático.

Pelo Bloco de Esquerda

Rejeitado

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

VOTO DE CONDENAÇÃO E PREOCUPAÇÃO SOBRE SITUAÇÃO NO CHILE

As manifestações que, nas últimas semanas, levaram milhões de cidadãos e cidadãs chilenos às ruas, exigindo melhores condições de vida e reivindicando o direito à saúde, à educação e a pensões justas, vieram apelar à dignidade de um povo que, por demasiado tempo, tem visto o seu país cair num fosso de desigualdades económicas e sociais. O Chile é um dos 10 países mais desiguais do mundo.

O aumento do preço dos transportes públicos espoletou a indignação popular e iniciou um conjunto alargado de protestos contra a pobreza e as desigualdades, legado das décadas de políticas neoliberais levadas a cabo no país. Ao ser confrontado com os protestos populares, o Presidente Sebastián Piñera declarou o “estado de emergência” em diversas regiões do país, avalizando assim as violentas repressões policiais e militares que provocaram a morte de dezenas de vidas humanas e feriram mais de 500 pessoas.

As manifestações pacíficas levaram mais de 1 milhão de pessoas às ruas da capital chilena, mas a resposta presidencial foi a de declarar guerra ao seu povo – “Estamos em guerra contra um inimigo poderoso e implacável” – e de chamar os militares para as ruas. Assiste-se à supressão de direitos fundamentais do povo chileno, o que não pode deixar ninguém indiferente.

Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em 18 de Dezembro de 2019, delibera:

- 1. Manifestar a sua solidariedade com o povo chileno e preocupação com a situação do país;*
- 2. Condenar a violência exercida sobre o povo chileno e a violação dos direitos fundamentais e democráticos de todas e todos os cidadãos detidos;*
- 3. Apelar à investigação de todos os crimes perpetrados nas últimas semanas, exigindo o cabal esclarecimento de todas as responsabilidades.*

Pelo Bloco de Esquerda

feiteiro



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

VOTO DE PESAR

pelo falecimento de José Mário Branco

Morreu esta terça-feira, 19 de novembro 2019, José Mário Branco, músico que ao longo de meio século de carreira deixou a sua marca na cultura portuguesa e em várias gerações de artistas. A sua vida foi marcada igualmente pela intervenção política, pelo combate às opressões e à desigualdade social.

Regressado a Portugal após a revolução do 25 de Abril, torna-se uma das figuras da cultura portuguesa nos primeiros tempos de liberdade. Para além das inúmeras intervenções musicais, estende a sua atividade ao teatro, integrando o grupo A Comuna, onde veio a conhecer a sua companheira Manuela de Freitas, mas também ao cinema e à ação cultural, fundando com Fausto, Tino Flores e Afonso Dias o GAC - Grupo de Ação Cultural - Vozes na Luta logo após chegar a Portugal. O GAC dinamizou centenas de sessões de canto em aldeias, fábricas e quartéis por todo o país, participando inclusivamente no Festival da Canção de 1975 com o tema "Alerta".

No período pós-revolucionário compõe e edita duas das suas maiores obras musicais, "FMI" e "Ser Solidário", que ficariam para sempre como a marca da desilusão por parte de uma geração que entregou a sua juventude ao processo revolucionário e assistia então ao desfazer das esperanças de construir uma sociedade socialista em Portugal. O cantor conclui o período com a canção e autêntico manifesto: "Eu vim de longe, eu vou para longe" do disco "Ser Solidário".

Edita um álbum de canções ao vivo em 1997 e dois anos depois participa na fundação do Bloco de Esquerda, de que foi membro da Mesa Nacional, num tempo marcado pela mobilização pela independência de Timor, da qual viria a tomar o título do álbum seguinte, já em 2004, "Resistir é Vencer".

Cinco anos depois, regressa aos palcos ao lado de Fausto e Sérgio Godinho no projeto “Três Cantos”, com vários dias de concertos no Campo Pequeno, depois editados e álbum e DVD.

Em 2018 deu a conhecer um conjunto de canções e composições gravadas com o álbum “Inéditos 1967-1999” e já este ano viu um grupo de artistas prestarem-lhe tributo com o álbum “Um disco para José Mário Branco”, que reuniu nomes como Camané, Ana Deus, Mão Morta, Walkabouts, Peste & Sida, Ermo, Osso Vaidoso, Batida, JP Simões e João Grosso, entre outros.

Assim, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida em 18 de Dezembro de 2019, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Manifestar a sua profunda consternação pela morte do cidadão exemplarmente empenhado que foi José Mário Branco e exprimir aos seus familiares, amigos e camaradas o seu sentido pesar, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem.

Pelo Bloco de Esquerda

Aprovado por unanimidade